

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS COMO INSTRUMENTO NEOLIBERAL: desfinanciamento das políticas sociais no Brasil.

Ana Paula de Souza Baganha¹

Juraildes Barreira Nunes²

Leila D. P. do Amaral³

RESUMO

Este artigo aborda as tendências das políticas sociais no Brasil por meio de um estudo teórico e bibliográfico, o qual discorre sobre a emergência das organizações não governamentais em substituição ao papel do Estado nas políticas sociais, destacando a relação dos financiamentos tributários da política social nas organizações não governamentais, como parte da constante disputa na sociedade por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal, que amenizam a luta de classes e mantêm as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista, destruindo ao mesmo tempo as bases do Estado social.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Responsabilidade Social; Neoliberalismo.

ABSTRACT

This article discusses trends in social policies in Brazil through a theoretical and bibliographical study, which discusses the emergence of non-governmental organizations to replace the role of the State in social policies, highlighting the relationship of tax financing of social policy in organizations non-governmental organizations, as part of the constant dispute in society for resources from the public fund within the scope of the state budget, which ease the class struggle and maintain the social inequalities inherent in the capitalist system, while destroying the foundations of the welfare State.

Keywords: Third Sector; Social Responsibility; Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC-GO. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC-GO. Docente na Universidade Estadual de Tocantins-UNITINS- Palmas-TO. E-mail ana.sb@unitins.br

² Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2004). Especialista em Especialista em Administração em Projetos Sociais Universidade Gama Filho (2006) e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO). E doutoranda Política Social na Universidade de Brasília (UNB). E-mail judnunes42@gmail.com

³ Graduada em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás -UFG e Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília - UnB. Doutorado com estágio sânduíche na Universidade da Beira Interior - UBI/Covilhã/Portugal. Professora na graduação e na pós-graduação na Universidade Estadual do Tocantins - Unitins. E-mail leila.dp@unitins.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Os denominados “novos modelos de gestão” das políticas sociais, cujo marco é o processo de contrarreforma do Estado brasileiro implementado por governos que seguiram à risca os ditames neoliberais dos oligopólios internacionais, estão regulamentados pelas leis nº 9.637/98, 9.790/99 e pela PLC nº 92/2007 apresentados ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo em 13 de julho de 2007. Esses mecanismos legais preveem a criação de Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Fundações Estatais de Direito Privado para, mediante contratos de gestão ou termos de parceria, atuarem na execução e gestão das políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social, esporte, meio ambiente, cultura, pesquisa científica, ensino e desenvolvimento tecnológico.

Vale ressaltar que o orçamento público é um espaço de luta política, com as diversas forças da sociedade que tem o intuito de buscar seus próprios interesses, sejam eles públicos ou privados, atuando nos momentos de sua elaboração e implementação pelo governo federal, estadual ou municipal. Na ótica neoliberal pressupõe-se a diminuição do Estado na prestação dos serviços sociais por meio da privatização e da responsabilização da sociedade civil por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs). Assim, a maior fatia do orçamento ficará em mãos dos empresários, especialmente, do capital financeiro, que muitas vezes são os próprios patrocinadores das organizações não governamentais.

Contudo, o objetivo desse artigo é discutir a desresponsabilização do Estado e a terceirização legal ampliada as organizações não governamentais para atender as expressões da questão social. A metodologia será construída por meio de pesquisas bibliográfica e documental acerca das organizações não governamentais parceiras do Estado e sociedade civil. Será estruturado por dois itens, sendo; a gênese das organizações não governamentais que tem uma análise estrutural e o seu processo de desenvolvimento. E, a gestão das políticas sociais públicas por entes privados, que contribui para identificar a administração e gerencia das políticas sociais públicas. E por último as conclusões a cerca do estudo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



2 A GÊNESE DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Após o final da 2ª. Guerra Mundial se constituíram os estados de bem-estar social, mediante expansão das políticas sociais. Todavia o processo que está em curso desde meados da década de 1970, com a crise do capital eclodida em 1973, deu tônica a um redimensionamento do papel do Estado no trato da questão social e da ruptura “com o pacto dos anos de crescimento, com pleno emprego keynesiano fordista e com o desenho social-democrata das políticas sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 112).

Desde então, assistiu-se a uma sistemática desresponsabilização do Estado para com a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e com o desenvolvimento de políticas sociais públicas que efetivasse os direitos atinentes a essa classe.

Observa-se que no final dos anos 80 do século XX, com a emergência do neoliberalismo, a Comissão de Estudos Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) ajusta-se a um discurso da década de 70 em compasso com as prerrogativas do mercado, da crescente financeirização da economia e da apologia da redução do Estado. Contudo o que se registra é um Estado que atua como um parceiro de grande potencial no atendimento de várias ONGs, com destinação de recursos estatais contribuindo para uma terceirização dos serviços públicos. Essa aproximação entre Estado e organizações criadas por cidadãos ou pela iniciativa privada, detentora majoritária dos meios de produção do capital, transfere a sociedade uma forte ideia de combate as questões sociais, tornando as ONGs assessoras diretas do Estado para com usuários que não estão inseridos na esfera pública de serviços estatais.

As ONGs quando recebem recursos do governo federal por meio do decreto Nº 3.100 que dá legalidade a Lei 9.790 de 30 de junho de 1999 (que institui e regulamenta o funcionamento das ONG's no Brasil) são geridas por cidadãos ou pela

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



iniciativa privada. Assim, o Estado entra como colaborador ou parceiro da sociedade civil injetando capital financeiro que dará condições para que essa ONG continue funcionando.

Vale lembrar que fatores que possibilitaram o surgimento de ONGs aponta para o período de repressão militar que levou a organização de setores numa luta política contra a ditadura instalada após 1964, um período em que fechou diversos canais de comunicação, levando setores da população a organizar-se paralelamente pela luta de seus direitos com uma perspectiva de participação social na condução de saídas das suas vulnerabilidade sociais, mas cuja direção era muito mais a pressão para que o Estado assumisse a implementação das políticas sociais do que assumir essa prestação.

No entanto, na década de 90 a relação entre governos e entidades sem fins lucrativos foi alterada, explica a professora Olívia Perez (2015). De acordo com ela, parte das ONGs se distanciou dos movimentos sociais e da atuação em oposição ao Estado e assumiu um papel de interlocução com este. “De denúncias e mobilizações, muitas ONGs passaram a prestar serviços assistenciais e emergenciais, muitos em parceria com o Estado.” (PEREZ, 2015, p. 20) Isso se deveu, em grande parte, pela chamada Reforma do Estado elaborada em 1995 pelo então ministro da Administração e Reforma do Estado Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Ele propôs a transferência de serviços como escolas, hospitais e centros de pesquisas para o chamado setor público não-estatal. Os argumentos centrais seriam o aumento de eficiência na execução desses serviços e a diminuição dos custos governamentais. Portanto o Estado ainda teria a responsabilidade de formulação das políticas públicas e fiscalizaria a atuação das entidades.

No bojo da Reforma do Estado, viriam a Lei das Organizações Sociais, em 1998, e a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, em 1999. No ano seguinte, seria aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que teria como consequência a limitação de gastos com pessoal e a adoção de uma disciplina mais rígida na relação entre arrecadação e gastos públicos com o objetivo de privilegiar o

PROMOÇÃO



APOIO





pagamento dos juros e encargos da dívida pública, que em 2021 consumiram 50,78% do orçamento.⁴ Dessa maneira, a saída encontrada pelos governos de todo o país foi a de terceirizar parte dos serviços prestados pelo Estado, o que não esbarraria nas limitações impostas pela lei.

Os anos 1990 assistiram a um aumento significativo do número de entidades sem fins lucrativos no país. Em 2008, o Ipea publicou, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong), o estudo *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2005*, que mostrou que entre 1996 e 2005 o crescimento desse tipo de organização havia sido de 215,1%; de 107,3 mil para 338,2 mil em todo o Brasil. O mesmo estudo revelou que, em 2005, a idade média das ONGs era de 12,3 anos, sendo que a maior parte delas, 41,5%, havia sido criada na década anterior (ABONG/IPEA, 2000).

De fato, a partir da década de 1990 houve uma expansão de diversas organizações civis, inclusive daquelas que executam serviços governamentais junto ao poder público. Esse crescimento pode ser explicado pelas novas diretrizes dos governos pós-democratização – que se abriram às parcerias com organizações civis – e também pela multiplicação de iniciativas da sociedade civil (PEREZ, 2015, p. 20).

Ainda de acordo com o levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2005 as 338 mil organizações sem fins lucrativos existentes representavam 5,6% do total de entidades públicas e privadas de todo o país e empregavam 5,3% dos trabalhadores brasileiros. Ou seja, um contingente de 1,7 milhão de pessoas que ganhavam, em média, R\$ 1.094,44 por mês. “Esse valor equivalia a 3,8 salários-mínimos daquele ano, isto é, uma remuneração ligeiramente superior à média nacional, que era de 3,7 salários-mínimos mensais naquele mesmo ano” (ABONG/IPEA, 2000. p 15), explica o estudo.

Nos últimos anos cresceu significativamente a dependência das ONGs de recursos governamentais. Dados publicados em 2010 pela Abong revelaram que enquanto 16,7% de suas pouco mais de 200 associadas tinham de 41% a 100% de

⁴ Cf. <https://auditoriacidade.org.br/>.



seus orçamentos oriundos de recursos públicos federais em 2003, em 2007 esse percentual passou para 37,4%. Ou seja, muitas criticavam a ineficiência do estado para se constituírem, mas não funcionavam sem os recursos do Estado. “Em 2007, 60,4% das associadas possuíam recursos públicos federais em seus orçamentos, 30,2% contavam com recursos municipais e 28,3% afirmaram ter recursos estaduais”, relatava a publicação lançada pela associação (ABONG/IPEA, 2000. p. 18). De acordo com ele, os recursos federais eram, naquele ano, o segundo tipo de fonte mais acessado pelas entidades vinculadas à Abong, 78,3% das associadas contavam com verbas vindas da cooperação internacional.

O sociólogo Rudá Ricci explica que nos últimos anos os recursos internacionais se dirigiram a outros países, uma vez que o Brasil, hoje a sexta maior economia mundial, foi se tornando, gradualmente, um doador em potencial, não mais receptor de recursos (RICCI, 2022, p.30).

Essas ONGs vivem de convênios e assumem um papel de terceirização do serviço público, principalmente na área social sob o apoio do Estado e o gerenciamento de iniciativas de cidadãos ou de grandes empresas privadas por meio de fundações ou institutos criados com essa finalidade. Assim, as ONGs se tornam muito mais empresariais e menos militantes.

3. A GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS POR ENTES PRIVADOS

Montaño (2010, p.53) tece críticas pesadas ao Terceiro Setor⁵ como forte aliado do capital de modo que suas ações contradizem as “boas intenções” camufladas sobre ele e desse modo: “O conceito terceiro setor foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia”. Ao complementar sua crítica, este autor também coloca dentre outros fatores:

⁵ Disponível em: <http://www.mpgp.br/portal/noticia/terceiro-setor-as-origens-do-conceito>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



“[...] claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista “(IDEM).

A crítica de Carlos Montaña se apoia na ideia de um setor usado como ataduras as profundas feridas abertas por conta das questões sociais e da infundável desigualdade social que leva a luta de classes e a eterna divergência da classe trabalhadora com a classe burguesa. De um lado, os explorados que querem um Estado mais presente e uma sociedade aquém e individual, de um outro, uma classe burguesa que tenta justificar por meio de ações de benevolência, suas verdadeiras intenções de expandir seu capital de lucro, potenciando “ajudados” em consumidores e meras ferramenta de marketing para a empresa.

Empresas privadas e fundações atendem a população usuária excluída e desassistida pelo Estado para que em troca o poder estatal conceda por exemplo descontos fiscais e tributários além da própria empresa se comprometer em desenvolver ações sociais por meio do voluntariado.

Se observa que na maioria das vezes, são os próprios funcionários da empresa os voluntários e os agentes responsáveis de captar mais voluntários seja da própria empresa ou outros membros da sociedade estimulando uma solidariedade mecânica e forçada que cuja a finalidade é de trabalhar com o lado social de cada um dos voluntários envolvidos.

Considerada um dever da sociedade como um todo e um interesse bem compreendido da nação como um todo, a tarefa de manter os pobres e os incapacitados, os empobrecidos e os indolentes prontos para voltar às fileiras a qualquer momento. (BAUMAN, 2008 p.99).

Segue-se aos críticos a acusação do Terceiro Setor ser usado pelo capital como um laboratório de novos experimentos ou uma verdadeira agência de novos talentos em que ele aproveitaria seus clientes contemplados e os transformariam em verdadeiros produtores de mão de obra qualificada, lapidando esse experimento a seu uso e proveito já que oriundo de classes emergentes, é mais agradável ao capitalista funcionários dóceis e adaptados à exploração do capital.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

E essas fileiras apontadas por Bauman nada mais são do que a substituição de mão de obra que trazem problemas ao capital e inserção de funcionários passivos, em nome de sua permanência no quadro da empresa.

Ao endosso das críticas, o elo de ligação do Terceiro Setor com os interesses particulares denota uma disparidade finalística ao seu redor. Até que ponto esse setor de fato se consolida como um agente aliado do social? Ao que se analisa em Ribeiro (2000, p.140-141) a relação entre o individual e o social não é bem trabalhada se compararmos com o discurso usado por esse segmento: “[...] daí que nossas ações, mesmo políticas, não transfigurem o individual, o imediato, em social e coletivo. Ou por outra: o mundo moderno nasce da substituição das virtudes pelos interesses” e a lacuna aberta sobre a quem o Terceiro está a serviço se contradiz em ambas as possibilidades (do povo e do Estado atrelado a lógica capitalista) possíveis de análise.

Ao que se faz de mais lucrativo citado pelos autores críticos ao Terceiro Setor é a forma com que esse segmento é usado pela iniciativa privada: Marketing Social para a empresa envolvida na ação. Uma empresa privada que se mostra solidária ou preocupada com os problemas sociais, na verdade pode estar vendendo uma figura imagética de solidariedade que faz dessa empresa mais visada e melhor notada, uma forma indireta de propaganda, marketing social já que sua real intenção está mais focada em explorar o potencial de consumo em todas as classes sociais, inclusive de seus clientes do qual transforma o capital humano empregado em uma ferramenta de exploração em nome da imagem da empresa diante da sociedade.

Daí que a chamada responsabilidade social nada mais é que uma ferramenta de propaganda a fins de cooptar novos consumidores provocando comoção pública ou a falsa sensação de que tal empresa privada é preocupada com tal situação social explícita. Surgem os stakeholders, como figuras importantes sobre as quais consistirá a crítica ao Terceiro Setor no sentido de marketing social da empresa.

Esses stakeholders seriam responsáveis por captar recursos para as ONG's ou OSCIP's de maneira com que a empresa em que ele esta atrelado, efetue seu marketing social se utilizando da instituição como mão de obra barata, caracterizados

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



como ativos, pois suas ações reduziriam os custos com propagandas publicitárias já que os stakeholders trabalhariam com a comoção pública de modo a promover o nome da empresa como empresa comprometida com a responsabilidade social, ou seja significa público estratégico e descreve uma pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles. Em inglês stake significa interesse, participação, risco.

Assim, stakeholder também significa parte interessada ou interveniente, e sendo que dessa forma:

[...] existem stakeholders que atuam diretamente sobre a empresa buscando dividendos, melhores salários, maiores prazos de pagamento e preços baixos, são os stakeholders ativos, pois são influenciadores imediatos do processo de gestão organizacional. Ainda segundo o autor, os outros agentes que afetam a organização de forma imediata são os chamados stakeholders passivos, destacando-se entre estes a sociedade, as organizações não-governamentais. [...] Assim, pode-se entender como stakeholders os acionistas, os credores, os gerentes, os empregados, os consumidores, os fornecedores, o governo, a comunidade local, as organizações não-governamentais e o público em geral. (CAMPBELL apud MARTINS, 2001, p.7).

Os stakeholders passivos como cita o autor, são digamos o lado positivo do Terceiro Setor uma vez que qualquer pessoa, qualquer esfera ou segmento social pode ser um stakeholder. É plausível que o stakeholder passivo trabalha com a solidariedade e as práticas de suas ações estariam conexas a um sistema do qual todos os envolvidos estariam correlacionados a prática do voluntariado, como uma ação conjunta que em muitas das vezes, acaba se tornando uma ação pura envolvendo pessoas de várias vertentes culturais, classes sociais em torno de um bem comum como uma ação para preencher suas realidades e fortalecer seus laços solidários e humanistas.

Nesse sentido, é notório o interesse de grandes empresas em financiar ONGs, com apoio do Estado sob a justificativa de que há causas muito complexas, e que é necessário a junção do setor privado, as ONGs e os governos para formular maneiras de atuar juntos, cada um utilizando seus conhecimentos e práticas para atingir objetivos comuns.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A Ferbasa é uma empresa do setor de mineração fundada pelo engenheiro José Gorgosino de Carvalho Filho em 1961, no município de Campo Formoso no Estado da Bahia. É a maior fabricante de Ferro ligas do Brasil e única produtora integrada de ferro cromo das Américas, exercendo as atividades de mineração, reflorestamento e metalurgia. Sua missão é continuar como uma líder de mercado, fortalecida pelos seus valores éticos e sociais. Como ações que procuram colocar em práticas os valores contidos em seu planejamento estratégico estão o reflorestamento de eucalipto e a mitigação de impactos causados pelas suas atividades. A mesma tem feito investimentos em tecnologias que diminuem a emissão de poluentes sem comprometer a sua produtividade.

De acordo com o censo do Grupo de Institutos Fundações e Empresas- GIFE, que agrega informações sobre todas as empresas que atuam no terceiro setor. A maioria delas foi fundada nos últimos trinta anos. 71% delas atuam na área de Defesa de Direitos, 56% em desenvolvimento comunitário, 59% em projetos educacionais, 49% na formação de jovens para o trabalho e/ou para a cidadania, 42% no meio ambiente, e 62% em saúde, e a maioria tem orçamentos de R\$ 2 a 8 milhões de reais, o que confirma que são empresas de médio e grande porte.

Para tanto, surge alguns questionamentos a respeito de tantas fundações estarem fazendo o papel do governo, uma vez que todas elas atuam prestando serviços de educação, preservação do meio ambiente, e saúde. Isto acaba desresponsabilizando o governo e o desestimulando a criar políticas públicas nessas áreas, que são de sua responsabilidade, fato que contribui para o Terceiro Setor estar lentamente se tornando um agente terceirizado do governo.

É importante esclarecer que essas empresas adquirem incentivos fiscais por estarem ajudando a promover desenvolvimento social em seus projetos educacionais, de saúde e de desenvolvimento sustentável. Portanto, há uma barganha de atuação social por incentivos fiscais contribuindo assim as pessoas menos favorecidas, que tem neste incentivo uma chance de crescimento profissional, elevando sua autoestima, adquirindo capacidade e competência.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nessa perspectiva existem grupos que trabalham na busca de soluções para os problemas sociais brasileiros num contexto de mudanças políticas e econômicas que se deram sob a égide neoliberal e aperfeiçoar as ações sociais desenvolvidas até então. Sendo assim, um desses grupos é o Grupo de Institutos, Fundações e Empresa -GIFE. Portanto:

O GIFE é, fruto do processo de redemocratização do País, do fortalecimento da sociedade civil e, especialmente, da crescente conscientização do empresariado brasileiro de sua responsabilidade na minimização das desigualdades sociais existentes no Brasil. Em seus 15 anos de existência, o GIFE consolidou-se como uma referência sobre investimento social privado no País, entendido como o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Atualmente, conta com uma rede de mais de 160 associados que, somados, aportaram R\$ 5.3 bilhões em investimento social no ano de 2020, segundo dados do Censo GIFE.(<https://gife.org.br/> Acesso em 29 de abril 2023).

No entanto como está exposto, a desresponsabilização do Estado dá margem a criação de grandes grupos a procura de soluções para a questão social que está posta na sociedade assim como o grupo GIFE, que tem como meta o de aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum. Seu objetivo é contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de seus associados.

Para tanto, assim com outros grupos empresariais, o GIFE trabalha fundamentalmente gerenciando relacionamentos e conhecimento, por meio de espaços para articulação em rede, diálogo e troca de experiências; pelo acesso a informações e contatos necessários para o bom desenvolvimento institucional da organização; por meio de publicações com informações qualificadas sobre a rede e o setor, em seminários e cursos exclusivos como oportunidades de capacitação, pela indicação de consultores e especialistas, e pela representação do setor perante o governo e a imprensa.

Estes, tem vários parceiros técnicos como Instituto Paulo Montenegro, que é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2000, que desenvolve e implementa

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

a política de investimento social privado das empresas associadas ao Instituto brasileiro de opinião pública- IBOPE.

O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, foi uma empresa brasileira de pesquisas de mercado, opinião e política. Fundada e administrada pela família Montenegro ao longo de quase oito décadas de existência, é uma das maiores companhias do seu ramo da América Latina. Atua em estudos e pesquisas sobre opinião pública, intenção de voto, consumo, marca, comportamento e mercado, no Brasil e em mais quatorze países. A reputação da marca IBOPE a tornou uma gíria brasileira e um verbete oficial, como sinônimo de audiência e prestígio.

(<https://pt.wikipedia.org/wiki/IBOPE> acesso em 29 de abril de 2023)

Esse grupo tem suas metodologias e programas desenvolvidos a partir da experiência de quase 70 anos ouvindo a opinião dos brasileiros, têm foco em educação entendida como um dos fatores que mais influenciam a redução das desigualdades sociais. Em acesso dia 29 de abril de 2023 ao site http://ipm1.tempsite.ws/ipmb_pagina.php. afirma que “A Educação foi escolhida como o objeto de trabalho por ser considerada um dos fatores que mais influenciam na diminuição das desigualdades sociais, na melhoria das condições de vida da população.

A criação da política de responsabilidade social em 2007, tornou-se um passo decisivo para grandes empresas, pois esse tema passou a ser uma função corporativa e com plano estratégico, na busca de referências internacionais em responsabilidade social na gestão de negócios, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, principalmente com a necessidade de competir e estar entre grandes investidores, que procuram empresas socialmente responsáveis. Os quais lançam como objetivos reduzir riscos, evitar impactos sociais negativos e gerar resultados positivos por meio de relacionamento com a comunidade onde desenvolvem atividades. Conhecendo a realidade e assegurando a inserção social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, no intuito de respeitar a diversidade. Tendo em vista que os argumentos de responsabilidade social se traduzem em investimentos e, para democratizar o acesso a esses recursos, criam-se programas específicos.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A desresponsabilização estatal das respostas às sequelas da questão social é compensada pela ampliação de sistemas privados: mercantis; ou seja; empresariais, lucrativos e filantrópicos voluntários do chamado terceiro setor. Assim, derivando a atenção para os pontuais medidas estatais compensatórias e combate à pobreza, com respostas focalizadas. E para as novas respostas do terceiro setor, escondem-se os verdadeiros fenômenos e esvaziam-se os debates sobre estes: a desregulação da relação capital e trabalho, o esvaziamento dos preceitos democráticos, a anulação da perspectiva de superação da ordem, a precarização do trabalho e do sistema de proteção social estatal ao trabalhador e à sociedade no seu conjunto, o peso para o trabalhador dos custos do ajuste estrutural orientado segundo as necessidades do grande capital sobretudo financeiro.

Neste sentido, o objetivo de retirar o Estado da responsabilidade de intervenção na questão social e de transferi-la à esfera do terceiro setor, não é por motivos de eficiência como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado, nem apenas por razões econômicas, como reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais estatais de qualidade; criar uma cultura de auto culpa pelas mazelas que afetam a população e de autoajuda para seu enfrentamento. Vale ressaltar que a ideia de desonerar o capital de tais responsabilidades, cria uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal.

Como afirma Mota (2000, p. 6) mostrando o complexo laço entre ONGs do Terceiro Setor e as políticas sociais do neoliberalismo,

[...] as ações compensatórias relacionam-se diretamente com a legitimação da desigualdade social inerente à constituição da sociedade capitalista e apoiam-se na possibilidade de humanizar o trato da desigualdade. Carregam uma moral e uma ética conservadoras e têm no voluntarismo político e no mercado de consumo o paradigma da sua constituição. Em geral, afastam-se de uma concepção de política social como parte do exercício dos direitos e garantias sociais para mobilizar ações da sociedade civil, em parceria com o Estado, na implementação de programas de corte assistencial.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



4 CONCLUSÃO

A discussão apresentada no texto permite apontar a constituição do terceiro setor que tornou-se dispositivo estratégico do neoliberalismo, responsabilizando-se pela função de transformar o padrão de respostas às sequelas da questão social, constitutivo de direito universal, sob responsabilidade prioritária do Estado, ou seja, do poder público, em atividades localizadas e de responsabilidade dos sujeitos portadores das carências, atividades desenvolvidas por voluntários ou implementadas em organizações sem garantia de permanência dos projetos sociais a longo prazo e sem direitos. Substitui-se, o sistema de solidariedade universal em solidariedade individual.

Logo o que deve ser de responsabilidade do conjunto da sociedade passa a ser de (auto) responsabilidade dos próprios sujeitos atingidos pela questão social; o que era desenvolvido pelo aparelho do Estado passa agora a ser implementado no espaço local, o que contribui para a negação do direito e a constituição de atividade voluntária, fortuita, concessão e filantropia.

Em síntese, o terceiro setor aparentemente minimiza as contradições de classe, redirecionando parcialmente as lutas sociais para atividades em concordância com o Estado e o empresariado, gerando maior aceitação e menor enfrentamento ao projeto neoliberal que é o verdadeiro responsável pela persistência das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ABONG. ONGs: **identidade e desafios atuais**. Cadernos Abong, n. 27. São Paulo: Autores Associados, maio/2000.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: vidas contadas, histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BOSCHETTI, Ivanete (2012), “**América Latina, Política Social e Pobreza: novo modelo de desenvolvimento?**” in Salvador et al. (org), *Financeirização, Fundo Público e Política Social*, São Paulo: Cortez.

RICCI, Rudá. **A complexa relação entre Estado e ONGs**. Fórum Brasil do Orçamento.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2010

Mota, Ana Elizabete (1995). **Cultura da crise e Seguridade Social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo, Cortez.

MARTINS, Uadson Ulisses Marques. **Stakeholders e as organizações**. Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas - CIESA. 2001. Disponível em: acesso em: 24/02/2018 as 20:31hs.

PEREZ, Olivia Cristina, **Ongs e Governo: um estudo sobre as organizações não-governamentais que trabalha com meninos(as) de rua no centro de São Paulo e as relações com a administração municipal**. (Dissertação). São Paulo, 2009.

VIEIRA, E. **A Constituição de 1988 e o novo cenário político-social do Brasil**. In: LOPES, J.R. (Org.). *O processo de democratização na sociedade brasileira: 20 anos de luta pela cidadania*. São Paulo: Sesc; Nepps-Unitau, 1999.

PROMOÇÃO



APOIO

